



Relatório da ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o relatório da administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparados ao exercício de 2022.

MENSAGEM DO CEO

O ano de 2023 foi, assim como os últimos anos, de cenários atípicos e desafiadores, marcado por importantes conflitos internacionais e inseguranças climáticas que intensificaram a volatilidade dos mercados.

Mantivemos rigorosa disciplina empresarial e financeira, focada no cumprimento de nossos planos e metas de investimento em Linhares e na modernização e adequação de nossa Planta Industrial de Londrina. Nesta Unidade foram feitos importantes investimentos, sendo os principais nas áreas de Freeze Dried e Utilidades, com melhorias na caldeira a biomassa.

Assim, atravessamos o ano de 2023 com segurança, alcançando resultados significativos. Nossas vendas totais de Café Solúvel no Mercado Externo e Interno atingiram o volume total de 29.447 toneladas. Com um total de 25.994 toneladas exportadas, a Cacique mantém a posição de maior exportadora de Café Solúvel do Brasil, com um *market share* de 1/3 de toda quantidade exportada pelo país. No ano de 2023, compramos um total de 1,140 milhão de sacas de 60 kg de café verde beneficiado.

Nossa receita líquida em dólar teve um acréscimo de 11,6%, passando de US\$ 222,3 milhões para US\$ 248 milhões. Obtivemos um resultado líquido no exercício de 2023 de R\$ 82,9 milhões, 204% superior ao resultado do ano de 2022 e um acréscimo da margem de EBITDA ajustada da ordem de 354%, devido principalmente ao recuo do preço da matéria-prima Café Robusta nos Mercados Internacionais e consequentemente também no Brasil, além da redução das despesas logísticas, majoradas desde os primeiros efeitos da pandemia do covid-19.

Continuaremos em 2024 empenhando grandes esforços no programa ESG, iniciais em inglês de *Environment, Social Responsibility and Governance* - Meio ambiente, Responsabilidade Social e Governança Corporativa. Em 2023, conquistamos a Certificação ISO 14001 para ambas as plantas industriais de Londrina e Linhares. Esta norma internacional estabelece diretrizes para o Sistema de Gestão Ambiental, tendo por objetivo principal o gerenciamento dos impactos ambientais e promover a sustentabilidade nas operações da Companhia. Dentre os diversos benefícios da implementação desta norma, destacamos a melhoria do desempenho ambiental, redução de riscos e custos operacionais, atendimento às legislações e regulamentações ambientais, e satisfação de clientes e *stakeholders*.

Acreditamos e defendemos o desenvolvimento sustentável. Estamos totalmente engajados e alinhados com nossos fornecedores e clientes, participando ativamente de programas de certificação e rastreabilidade de seus produtos em toda a cadeia produtiva. Nosso objetivo é nos certificarmos de que as matérias-primas, materiais de embalagem e insumos necessários à produção sejam originários de fornecedores que valorizem o meio ambiente e que incentivem as melhores práticas sociais e de governança, priorizando a inclusão e diversidade no ambiente de trabalho.

Em 2024, ano em que a Cacique celebra 65 anos, seguiremos nos empenhando, com confiança e determinação, para honrar o legado que nos foi deixado e lançando novas perspectivas para os anos que virão, seguindo com investimentos na capacidade produtiva, na qualidade e no desenvolvimento de novos produtos, priorizando o compromisso com o meio ambiente, a responsabilidade social e a governança corporativa.

Horácio Sabino Coimbra Neto
Presidente e CEO

1. ASPECTOS OPERACIONAIS

1.1. Perfil

Fundada em 1959 pelo pioneiro e visionário Horácio Sabino Coimbra, a Companhia Cacique de Café Solúvel tem orgulho da sua trajetória. A qualidade com que trabalhamos todos os dias nos coloca, atualmente, na posição de maior empresa exportadora de café solúvel do Brasil, presente em mais de 70 países. Além da sede localizada em Londrina/PR, uma nova planta industrial foi inaugurada em 2021 em Linhares/ES, dentro do moderno conceito de *Indústria 4.0*. Também contamos com escritórios estratégicos localizados em São Paulo, Santos, Nova York e Moscou.

1.2. Principais resultados

O ano de 2023 iniciou com o dólar cotado a R\$ 5,2177, encerrando o ano a uma cotação de R\$ 4,8413, desvalorização de 7,2%, conforme pode ser observado no gráfico 1.



O Brasil, como o segundo maior produtor de café conilon no mundo, em 2023, ano de biennialidade negativa, teve um acréscimo produtivo de 8,2% em relação à safra anterior, atingindo 55,1 milhões de sacas de café beneficiado, conforme relatório da Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

A área destinada à cafeicultura nacional em 2023 totaliza 2,24 milhões de hectares, redução de 0,3% sobre a safra 2022. A produção do café arábica atingiu 38,9 milhões de sacas, crescimento de 18,9% sobre a safra anterior, enquanto a produção do café conilon, variedade amplamente utilizada para o café solúvel, somou 16,17 milhões de sacas, 11,2% abaixo da safra 2022. Este resultado se deve, sobretudo, à redução de 10,9% na produtividade, reflexo das condições climáticas adversas, registradas no principal estado produtor, Espírito Santo, que impactou parte das lavouras, principalmente em fases iniciais do ciclo.

As exportações de Cafés do Brasil totalizaram 39,2 milhões de sacas de 60 quilos em 2023, recuo de 1,3% na comparação com o ano anterior, segundo dados consolidados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Esta redução foi influenciada pela restrição dos estoques no início do ano, após as adversidades climáticas que limitaram a produção nacional nas safras 2021 e 2022.

Em relação aos valores, o Brasil exportou US\$ 8,1 bilhões em 2023, o que representa uma baixa de 12,5% na comparação com o ano anterior. Além da redução na quantidade exportada, a queda do preço médio do arábica no mercado internacional também influenciou a redução na receita de exportação do café em 2023. Nesse contexto, ressalta-se que a exportação de café em 2022 atingiu o maior valor já registrado na série histórica, de US\$ 9,2 bilhões, favorecida pelas cotações internacionais elevadas naquele ano.

O café conilon iniciou o ano de 2023 com cotação mais baixa do que meados de 2022, sob influência da ampliação sazonal da colheita no Vietnã e na Colômbia, e a perspectiva mais favorável à safra no Brasil. Entretanto, no decorrer do ano passado notou-se a valorização da cotação na bolsa, sustentada pelo cenário de restrição dos estoques e pelas adversidades climáticas que limitam a produção na safra atual. Os recentes ajustes negativos na produção de alguns países e as incertezas climáticas aumentam a preocupação do mercado em relação à capacidade de recuperação dos estoques.



CCCV: Centro do Comércio de Café de Vitória/ES

CCCV: Centro do Comércio de Café de Vitória/ES

Não obstante, nossas exportações de café solúvel continuam a sofrer taxaço sobre as importações efetuadas pelos países pertencentes à União Europeia. Tal condição se aplica de forma discriminatória ao Brasil, uma vez que a Colômbia, terceiro maior

produtor mundial de café, é isento de taxas em exportações de café solúvel para o Bloco Europeu. Continuamos atentos à implementação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a UE, onde a desgravação total do imposto de importação de café solúvel pelos dois blocos ocorrerá gradativamente, a partir da ratificação dos termos pelos respectivos parlamentos. Deste modo, reafirmamos nossa crença nas virtudes do livre mercado e da livre concorrência.

O quadro abaixo demonstra o comportamento das exportações brasileiras de café solúvel no ano 2023, comparado ao ano 2022:

Exportadores de café solúvel	2023		2022	
	Toneladas	% Part.	Toneladas	% Part.
Cacique	25.944	30,0%	28.661	33,3%
Outros	60.584	70,0%	57.297	66,7%
Total	86.527	100,0%	85.958	100,0%

Fonte: ABICS

De acordo com dados do relatório estatístico da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), as exportações nacionais do produto somaram o equivalente a 3,671 milhões de sacas de 60 kg em 2023, apresentando queda de 1,8% na comparação com 2022. Em receita, os embarques alcançaram faturamento de US\$ 701,8 milhões, recuando 1,2% frente aos US\$ 710 milhões obtidos em 2022.

A participação da Companhia Cacique nas exportações brasileiras recuou de 33,3% para 30%, enquanto o volume exportado pela Companhia recuou de 28,7 para 25,9 mil toneladas, decréscimo de 9,5%. Convém salientar que nossas vendas no mercado interno passaram de R\$ 150,5 milhões em 2022 para R\$ 187,6 milhões em 2023, alta de 24,6%. A receita de exportação da Companhia totalizou em 2023 US\$ 206,7 milhões, contra US\$ 208,1 milhões em 2022, redução de 0,6%.



O resultado líquido do exercício de 2023 foi de R\$ 82,9 milhões, contra R\$ 27,3 milhões em 2022, um aumento de 204,1%. Nossas vendas líquidas totais recuaram 3,6% neste mesmo período. Nossa margem EBITDA ajustada do ano de 2023 foi de R\$ 164,3 milhões, correspondente a 13,35% da Receita Líquida, contra R\$ 36,2 milhões de 2022, crescimento de 353,7%. Ressalta-se também que a Companhia realiza *hedge* cambial para se proteger de oscilações do dólar.

Descrição	Exercício		Var. %
	2023	2022	
(contábil) - em milhares de reais			
Receita bruta	1.259.868	1.293.941	-2,6%
Receita líquida	1.230.198	1.276.280	-3,6%
Custos e despesas	(1.147.575)	(1.275.115)	-10,0%
Depreciação e amortização	35.158	26.174	34,3%
EBITDA (cálculo padrão)	117.781	27.339	330,8%
% EBITDA s/Receita líquida	9,57%	2,14%	347,0%
(-) Resultado <i>hedge</i> faturamento	47.451	17.259	174,9%
(-) Resultado <i>hedge</i> matéria-prima	(958)	(8.388)	-88,6%
EBITDA ajustado	164.274	36.210	353,7%
% EBITDA ajustado s/Receita líquida	13,35%	2,84%	370,7%
Receita líquida ajustada	1.277.649	1.293.539	-1,2%
Lucro líquido	82.860	27.252	204,1%
Endividamento líquido	580.030	593.351	-2,2%
Investimentos	20.607	62.755	-67,2%

1.3. Destinação dos resultados

	R\$ mil
Lucro líquido	82.860
Reserva legal - 5%	(4.143)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	200
Realização da reserva de reavaliação	257
Dividendos propostos - 50%	39.588
Reserva de retenção de lucros	39.588
Proposta de distribuição de dividendos	
Base para dividendos	79.174
Dividendos propostos	39.588
Dividendos por ações ordinárias por mil ações	761,26
Dividendos por ações preferenciais por mil ações	837,39

1.4. Investimentos, pesquisa e desenvolvimento

Os investimentos em projetos industriais, pesquisa e desenvolvimento totalizaram, em 2023, R\$ 20 milhões, sendo os principais: R\$ 12,6 milhões na continuidade dos investimentos da nova unidade em Linhares/ES (R\$ 48 milhões em 2022); R\$ 970 mil na Caldeira Biomassa e R\$ 790 mil no projeto de melhorias na área de Freeze Dried.

2. ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA

2.1. Ética e governança

Integrar os objetivos de gestão e as práticas sustentáveis, alinhadas aos princípios ESG é um pilar fundamental nas estratégias da Companhia Cacique, visando a geração de valor para toda a cadeia produtiva. Isso requer um compromisso sólido e contínuo para minimizar possíveis impactos de nossas operações no meio ambiente, atenção a questões sociais, como diversidade e inclusão, direitos humanos, engajamento com as comunidades locais e responsabilidade social.

O ano de 2023 se destacou em nossa trajetória de sustentabilidade com o alcance da meta definida em 2022, de conquistar a certificação do Sistema de Gestão Ambiental conforme a norma ISO-14001, nas unidades fabris de Londrina/PR e de Linhares/ES. Essa conquista demonstra total engajamento das equipes com as metas da indústria e nos inspira a seguirmos atentos aos desafios globais, buscando inovações e tecnologias que tragam impactos positivos em nossas operações e no meio ambiente.

O programa de inserção de mulheres nos diversos setores da indústria, iniciado em 2012 na área de Embalagens, traz resultados que nos orgulham. Em 2023 atingimos um aumento de 97% de mulheres no quadro de colaboradores em relação a 2012. Atualmente, 14% das posições de liderança são ocupadas por mulheres.

Em 2023, através de recrutamento interno, lançamos o programa de inclusão de mulheres em posições de operação. O programa visa formar colaboradoras com habilidades técnicas e humanas para assumir posições de líderes de setores. O projeto piloto contemplou a área de Torrefação e em 2024 pretendemos ampliar para mais dois setores. Todos esses programas visam promover a igualdade de oportunidades.

Seguimos atentos às demandas da comunidade em nosso entorno e mantivemos a prática de apoiar projetos através das leis de incentivos fiscais e através de recursos próprios.

Criamos a Gerência de Sustentabilidade com o objetivo de integrar as atividades do SIG - Sistema Integrado de Gestão, os desafios ESG e as práticas de Segurança do Trabalho. Essa iniciativa reforça o compromisso com a responsabilidade corporativa, ao mesmo tempo em que demonstra o engajamento da alta direção com esta agenda. A nova gerência reporta diretamente à Diretoria Industrial e ao CEO, garantindo a incorporação de práticas e a disseminação de uma cultura de sustentabilidade por toda a organização.

No ano de 2023, foi criado o Comitê de Comunicação com objetivo de desenvolver e implementar estratégias de comunicação que visam informar, envolver e engajar às partes interessadas em relação aos objetivos, valores, políticas e iniciativas da empresa.

Como parte das medidas para aprimorar e intensificar a comunicação entre a Cacique e seus colaboradores foi criado o e-mail corporativo: COMUNICACIQUE - comunicação@cacique.com.br, ao qual compete transmitir informações acerca de eventos e datas comemorativas, auditorias, benefícios e folha de pagamento, treinamentos, entre outros.

Visando promover um ambiente organizacional mais ético, transparente e saudável, a Companhia disponibiliza canais de comunicação confidenciais, que atendem ao público interno e demais partes interessadas.

Uma norma específica estabelece os procedimentos para que pessoas e organizações (colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, concorrentes, esfera pública, comunidade, entre outros) que são afetados por atividades da empresa, realizem denúncias caso tenham suspeita ou conhecimento de quaisquer infrações, desvios de conduta, atividades inapropriadas ou ilegais, bem como reportem preocupações e sugestões de melhorias através do canal de comunicação confidencial da Companhia, conforme descrito no Código de Conduta.

Atualmente, além do Comitê de Comunicação, a Companhia possui os seguintes Comitês:

(i) Comitê de Privacidade e Proteção de Dados: Criado em 2022 e que visa garantir os princípios e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados - "LGPD", por meio da criação de regras claras sobre coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e pelo acompanhamento das ações tomadas.

(ii) Comitê de Conduta: Criado em 2022, sendo o responsável por gerenciar, investigar, resolver e documentar as sugestões, reclamações e denúncias recebidas, mantendo a confidencialidade das informações através do canal de comunicação confidencial, bem como comunicar, mitigar, monitorar e remediar casos de trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e violência e assédio no local de trabalho.

A Companhia reconhece a importância dos fornecedores e parceiros para a concretização dos nossos negócios. Busca negociações justas e éticas, bem como realiza processos de compliance com avaliações cadastrais, da idoneidade social, ambiental e reputacional, seguindo rígidos padrões de due diligence de todas as empresas com quem mantém relações comerciais, a fim de garantir que está investindo em parceiros responsáveis e que geram valor para a sociedade e para o meio ambiente. Essa dinâmica de manter a sinergia e um relacionamento estreito com os fornecedores e parceiros contribui para uma gestão de riscos eficaz. Respeito, cordialidade e consideração mútua regem o relacionamento da Companhia com todos os órgãos reguladores e governo, sociedade, organismos de certificação, sindicatos e comunidade.

Em 2023, a unidade do Paraná, recebeu o troféu de "20 maiores empregadores de Londrina", uma prova de que a Companhia está há 64 anos colaborando com o desenvolvimento social, humano e econômico da cidade, através da geração de emprego. Figuramos entre as 100 maiores Sociedades Anônimas do Paraná e, durante o *Coffee Dinner & Summit 2023*, promovido pelo CECAFÉ - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, recebemos o reconhecimento de Maior Exportador de Café Solúvel do Brasil.

Além da obtenção da certificação ISO-14001 em 2023, o Sistema Integrado de Gestão assegurou a manutenção das certificações já conquistadas nas unidades de Londrina/PR e Linhares/ES: ISO-9001, FSSC-22000, Fair Trade, Rainforest, Kosher e Halal. A unidade de Londrina mantém certificações específicas para o processamento orgânico, atendendo os padrões BR, EU, USDA, BD e JAS. Todas essas certificações demonstram a adequação dos nossos processos produtivos e gerenciais a padrões internacionais, um diferencial competitivo nos mercados onde atuamos. Mantivemos a prática de realizar anualmente o levantamento do contexto interno e externo da organização, analisando possíveis riscos e oportunidades do negócio e definindo objetivos e iniciativas estratégicas, que são acompanhadas e reavaliadas continuamente pela Alta Administração.

2.2. Recursos Humanos

Encerramos o ano de 2023 com 1.108 empregados, um aumento de 2,34% no quadro global em relação ao ano de 2022. Trata-se de uma reestruturação do quadro operacional, em especial na unidade de Linhares/ES, visando alinhamento às demandas de produção e adequação do quadro administrativo no escritório de São Paulo.

Todos os colaboradores estão cobertos pelos sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional.

A segurança no trabalho é uma prioridade estratégica para a Companhia. Considerando as unidades fabris e escritórios, em 2023 reduzimos em 17,5% o número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória, comparado ao ano de 2022. Além disso, reduzimos em 47,4% a taxa de gravidade das lesões em relação a 2022 e em 11,7% a taxa de frequência, ou seja, o número de acidentes comparado ao total de horas trabalhadas. Tais indicadores permanecem no radar da Companhia, que fortalecerá as estratégias e iniciativas de conscientização, estimulando cada vez mais a formação de atitudes preventivistas, para o alcance da meta do acidente zero.

Finalizamos o ano de 2023 com 12 estudantes no Programa de Estágio. Desse total, 8 estagiários foram efetivados ao longo do ano, um aproveitamento de 67%.

A empresa manteve o programa Jovem Aprendiz, iniciativa governamental voltada para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho e que se apoia na Lei da Aprendizagem (10.097/2000). Em 2023, a Companhia Cacique recebeu 21 jovens, sendo 17 na unidade de Londrina e 04 na unidade de Linhares. Nesse período, 01 integrante do programa foi promovido, passando a compor o quadro de colaboradores. O programa será mantido para o ano de 2024.

A plataforma Moodle para treinamentos remotos, acessível a 100% dos colaboradores, segue como uma poderosa ferramenta para manter o programa de educação continuada dos colaboradores. Em 2023 foram ofertados 9 diferentes treinamentos através da plataforma. Foram realizadas 29.332 horas de treinamento, uma média de 25,12 horas por colaborador. Do total de treinamentos, 11.919 horas foram dedicadas exclusivamente à saúde e segurança ocupacional e abrangeu as unidades de Londrina e Linhares.

2.3. Comunidade Local

O apoio às iniciativas das comunidades locais através da utilização de recursos das leis federais de incentivo fiscal e de recursos próprios foi mantido ao longo do ano de 2023. Foram apoiadas em torno de 100 iniciativas das comunidades de Londrina/PR e Linhares/ES. Em relação às leis de incentivo, 12% dos recursos foram destinados ao Fundo a Infância e Adolescência; 12% ao Fundo dos Direitos do Idoso; 25% à Lei de Incentivo ao Esporte e 51% à Lei de Incentivo à Cultura. Conforme direcionamentos da Norma de Responsabilidade Socioambiental, foram priorizados projetos que zelam pelos costumes, tradições e valores das comunidades em que atuamos e que se comprometem com a saúde e bem-estar da população, com a formação das gerações futuras e com a preservação do meio ambiente.

2.4. Meio Ambiente

Seguimos focados no uso eficiente dos recursos naturais, especialmente aqueles não renováveis, na busca por energias limpas e por inovações que permitam produzir com o menor impacto possível. Cumprimos rigorosamente a legislação ambiental e buscamos projetos com potencial de gerar ganhos ambientais significativos. Seguimos comprometidos em adotar práticas sustentáveis em todas as nossas operações, promovendo a cultura da responsabilidade ambiental.

2.4.1. Gestão de Resíduos

As práticas de gestão de resíduos seguem todos os requisitos legais e regulatórios aplicáveis. 100% do resíduo gerado na indústria é controlado, reportado e destinado conforme o plano de gerenciamento de resíduos. A empresa está devidamente cadastrada junto aos órgãos ambientais para realizar a reciclagem e/ou a destinação ambientalmente correta dos resíduos. Mantivemos a prática da logística reversa com o recolhimento, pelos fornecedores, de embalagens vazias de produtos químicos, tonners de impressoras e materiais de acondicionamento de embalagens (pallets, chapas de papelão e quadros de madeira). Seguimos como membro do ILOG Instituto Paranaense de Logística Reversa, que dá apoio aos associados para o cumprimento dos requisitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2.4.2. Consumo de água, reúso e geração de efluente

Considerando os três últimos anos, o consumo de água por tonelada de produto se manteve estável. Houve um aumento de 13,4% na geração de efluente por tonelada de produto na unidade de Londrina. Esse resultado é justificado pela redução do volume de produção na unidade frente à continuidade de todos os procedimentos operacionais que mantêm a fábrica em pleno funcionamento. Em 2023, mantivemos a média de 25% de reúso de água, com ações de otimização do sistema CIP - Cleaning in Place (Limpeza Interna de Equipamentos) e de reutilização de água proveniente do processo de produção. Para o ano de 2024, novos projetos que visam encontrar alternativas de reúso estão em estudo, e ampliaremos os trabalhos de sensibilização dos colaboradores para o uso consciente da água em todas as atividades fabris.

2.4.3. Eficiência Energética

Continuamos investindo na substituição das matrizes energéticas com a aquisição de equipamentos e novas tecnologias. Os projetos da caldeira e do torrador que utilizam a biomassa como combustível e as ações que visam a redução do consumo de energias continuam trazendo os resultados esperados. Em 2023 participamos, através da ABICS - Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel, do Programa de Descarbonização da Indústria liderado pelo SENAI/SP e FIESP, que teve como objetivo realizar o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) do setor, escopo 1 e 2, de acordo com o GHG *Protocol*. O resultado ratificou os números apurados internamente pela Companhia e, em 2024, trabalharemos para assegurar externamente os dados obtidos. Em 2023 alcançamos na unidade de Londrina/PR, uma redução de 70,38% nas emissões de GEE, escopo 1, por tonelada de produto, comparado ao ano base (2015). Em relação a 2022, a redução foi de 2,87%.

2.5. Indústria 4.0

Compleamos dois anos de operação de nossa nova unidade de fabricação de café solúvel instalada na cidade de Linhares/ES. O projeto da unidade envolveu tecnologia de ponta e alto grau de automação, de acordo com os conceitos da Indústria 4.0. Todas as equipes permanecem totalmente engajadas e comprometidas para atingir os níveis de produção e eficiência projetados. Os indicadores de desempenho da unidade estão sendo monitorados e acompanhados sistematicamente e serão apresentados em próximos relatórios, quando alcançarmos um universo de dados que permite demonstrar a evolução.

3. Agradecimentos

A Administração da Companhia Cacique agradece em especial a seus colaboradores pelo empenho e dedicação, a seus clientes, consumidores, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade que nos acolhe e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Londrina, 16 de fevereiro de 2024

A Administração

* continuação

**Balanços PATRIMONIAIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)					
ATIVO	Nota explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	96.181	251.605		
Instrumentos financeiros derivativos	7	6.570	9.175		
Contas a receber de clientes	8.a	191.933	225.469		
Estoques	9	305.446	267.233		
Créditos fiscais	10.a	124.347	93.665		
Outros ativos circulantes	11.a	6.106	11.285		
Total do ativo circulante		730.583	858.432		
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	8.984	7.921		
Contas a receber de clientes	8.b	771	655		
Depósitos judiciais		1.851	2.390		
Créditos fiscais	10.b	61.589	75.771		
Outros ativos não circulantes	11.b	150	162		
Total do ativo realizável a longo prazo		73.345	86.899		
Investimentos		125	125		
Imobilizado	13	499.680	517.948		
Intangível	14	4.508	4.975		
Total do ativo não circulante		577.658	609.947		
TOTAL DO ATIVO		1.308.241	1.468.379		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDOEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

Descrição	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de lucros		Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Resultado do Exercício	Total
				Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros				
SALDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021	300.000	47.201	47.021		171.933	5.683	39.640		611.478
Transação com Sócios - Dividendos	-	-	-	-	(151.411)	-	-	-	(151.411)
Outros Resultados Abrangentes:									
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	(12.114)	-	(12.114)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	-	-	(7.367)	-	(7.367)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(390)	390	-
(-) Impostos s/Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	132	(132)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes do Ativo Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(205)	205	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	27.253	27.253
Destinação do Lucro Líquido:									
Reserva Legal	-	-	1.363	-	-	-	-	(1.363)	-
Reservas de Retenção de Lucros	-	-	-	-	13.176	-	-	(13.176)	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	-	693	-	-	-	-	693
Remuneração do Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	-	-	(11.755)	(11.755)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	1.422	-	-	(1.422)	-
SALDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2022	300.000	47.201	48.384	693	35.120	5.425	19.954		456.777
Transação com Sócios - Dividendos	-	-	-	-	(1.422)	-	-	-	(1.422)
Outros Resultados Abrangentes:									
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	(2.605)	-	(2.605)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	-	-	(7.314)	-	(7.314)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(390)	390	-
(-) Impostos s/Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	133	(133)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes do Ativo Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(200)	200	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	82.860	82.860
Destinação do Lucro Líquido:									
Reserva Legal	-	-	4.143	-	-	-	-	(4.143)	-
Reservas de Retenção de Lucros	-	-	-	-	39.587	-	-	(39.587)	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	-	3.432	-	-	-	-	3.432
Remuneração do Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	-	-	(27.738)	(27.738)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	11.849	-	-	(11.849)	-
SALDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2023	300.000	47.201	52.527	4.125	85.134	5.168	9.835		503.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do VALOR ADICIONADOEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

RECEITAS	2023		2022		VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.254.231	1.293.474	1.250.808	1.291.770	318.010	264.989	318.010	264.989	
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	20	-	20	137.599	128.222	137.599	128.222	
Outras receitas	3.423	1.684	3.423	1.684	Salários, benefícios e encargos	119.938	112.870	119.938	112.870
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.091.368	1.258.886	1.091.368	1.258.886	Honorários da administração	12.097	8.953	12.097	8.953
Matérias-primas consumidas	939.699	1.049.519	939.699	1.049.519	Participação dos empregados nos lucros	5.564	6.399	5.564	6.399
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(6.290)	3.272	(6.290)	3.272	Impostos, taxas e contribuições	(68.413)	(112.369)	(68.413)	(112.369)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	157.959	206.095	157.959	206.095	Federais	(24.289)	(43.300)	(24.289)	(43.300)
VALOR ADICIONADO BRUTO	162.862	34.588	162.862	34.588	Estaduais	(46.059)	(70.766)	(46.059)	(70.766)
RETENÇÕES	35.164	26.173	35.164	26.173	Municipais	1.935	1.697	1.935	1.697
Depreciação e amortização	35.164	26.173	35.164	26.173	Remuneração de Capitais de Terceiros	165.964	221.884	165.964	221.884
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	127.698	8.415	127.698	8.415	Juros e variação cambial	165.291	221.215	165.291	221.215
VELA ENTIDADE	190.312	256.574	190.312	256.574	Aluguéis	673	669	673	669
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	190.238	256.511	190.238	256.511	Remuneração de Capitais Próprios	82.860	27.252	82.860	27.252
Receitas Financeiras	190.238	256.511	190.238	256.511	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	39.587	13.176	39.587	13.176
Aluguéis	73	63	73	63	Lucros retidos	43.273	14.076	43.273	14.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia CaciQue de Café Solúvel ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Londrina, Estado do Paraná, fundada em 1959. A atividade operacional preponderante da Companhia é a produção de café solúvel, comercializado em sua grande maioria no mercado externo. É de se destacar também que a atividade econômica principal da Companhia representa mais de 90% do faturamento e do resultado que historicamente vêm sendo apurados nas últimas décadas, sendo que a Companhia prosseguirá com os planos de investimentos para modernização e eficiência das plantas de café solúvel em Londrina/PR e em Linhares/ES, e assim demonstra sua estratégia em concentrar seus esforços na produção de café solúvel.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de fevereiro de 2024. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados ao seu valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados ao seu valor justo. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis a Direção da Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber); principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda); • Nota Explicativa nº 9 - Estoques (provisão para perdas em estoques); • Nota Explicativa nº 10 - Reconhecimento de ajuste ao valor presente sobre os créditos fiscais; • Nota Explicativa nº 13 - Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável); principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis); • Nota Explicativa nº 17 - Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências); principais premissas sobre a probabilidade e magnitude

das saídas de recursos); • Nota Explicativa nº 18 - Tributos diferidos (estimativas de utilização e compensação dos saldos registrados); e • Nota Explicativa nº 24 e 24 - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros). **b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Direção revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Direção analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis e têm sido utilizadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo. **d. Contas a receber e outros créditos:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir prováveis perdas na sua realização. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às

**Demonstrações do RESULTADO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais, exceto pelo lucro líquido por lote de mil ações)

RECEITA LÍQUIDA	Nota explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Custos das vendas	21	1.230.198	1.276.280		
LUCRO BRUTO	22.1	(1.096.380)	(1.096.380)		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		238.818	179.920		
Vendas	22.1	(156.195)	(178.756)		
Gerais e administrativas	22.1	(71.835)	(101.916)		
Honorários administrativos	22.1	(47.103)	(35.692)		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22.2	(10.890)	(9.172)		
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		82.623	1.164		
RESULTADO FINANCEIRO	20	24.947	35.296		
Despesas financeiras		(165.291)	(221.215)		
Receitas financeiras		190.238	256.511		
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL		107.570	36.460		
IRPJ e CSLL correntes	18	(19.194)	(4.570)		
IRPJ e CSLL diferidos	18	(5.516)	(4.638)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		82.860	27.252		
LUCRO LÍQUIDO POR MIL AÇÕES - BÁSICO E DILUÍDO		3.346,16	1.100,53		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do RESULTADO ABRANGENTE**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2023	2022
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	82.860	27.252
Ajuste de Instrumentos Financeiros	(2.605)	(12.114)
Ajuste Acumulado de Conversão	(7.314)	(7.367)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	72.941	7.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
Lucro líquido do exercício	82.860	27.252
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	35.164	26.165
Lucro na venda de imobilizado	(50)	(213)
Baixas no imobilizado	4.177	2.106
Variações cambiais	(35.669)	(18.133)
Juros provisionados	48.332	34.128
Tributos diferidos	5.346	4.641
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.805	(7.523)
Provisão (reversão) para perdas	14.920	11.402
Ajuste acumulado de conversão	(7.314)	(7.367)
Reservas de Incentivos Fiscais	3.432	693
	154.002	73.150
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes	33.421	(40.257)
Estoques	(37.676)	(18.526)

★ continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em Milhares de Reais)

incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Ativos Intangíveis: O ativo intangível compreende os gastos com o registro de marcas e patentes, os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes. A amortização dos sistemas de informática é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na Nota Explicativa nº 14 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida a partir de 1º de janeiro de 2009 não serão amortizados e terão o seu valor recuperável testado periodicamente. **j. Redução ao valor recuperável - Impairment: j.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

j.2. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **l. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. **m. Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **n. Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia. Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com detentor do título. Nestes casos os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **o. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. **p. Receita com clientes:** A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em: **p.1. Identificação do contrato:** Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios: (a) reconhecimento da contraprestação é provável; (b) o contrato tem que possuir substância comercial; (c) poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamento; e (d) um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas. **p.2. Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato:** Nesta etapa, a entidade identifica todos bens e serviços prometidos e avalia se esses bens e serviços constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens ou serviços são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato. **p.3. Determinação do preço da transação:** Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens e serviços para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais. Para determinação do valor é necessário considerar o risco de retorno da receita, determinar se a contraprestação representa uma redução do preço de transação, pagamento de bem ou serviço distinto ou uma combinação dos dois. Além disso, na contraprestação não monetária, se razoavelmente estimável, esta deverá ser mensurada pelo valor justo, caso não se utilize o preço de venda e para os contratos com financiamentos significativos a entidade deve refletir o valor do dinheiro ao longo do tempo e ajustar o valor prometido. **p.4. Alocação do preço da transação:** Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi

identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem ou serviço para clientes em situação semelhante. **p.5. Reconhecimento da receita:** A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser "merecida" e, portanto, é reconhecida. **q. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem: • variações cambiais ativas; • receitas com juros recebidos; • descontos obtidos; e • ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes sobre *hedges* de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos. As despesas financeiras abrangem, principalmente: • despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, cessão e securitização de ativos e *leasings*; • variações cambiais passivas; • descontos concedidos; • juros passivos; • ineficácia dos instrumentos de *hedge* reconhecida no resultado; e • perdas líquidas previamente reconhecidas em outros resultados abrangentes sobre *hedges* de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **r. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferidos:** Os impostos incidentes sobre as vendas são contabilizados de acordo com o regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes de acordo com o RIR - Regulamento do Imposto de Renda, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação; e para a Contribuição Social 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **s. Benefícios a Empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **t. Arrendamento Mercantil:** As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos, são classificadas como arrendamento financeiro. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado e no passivo pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **u. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. **v. Instrumentos financeiros: v.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **v.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **v.3. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. **Hedges de fluxos de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva

de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. **Derivativos embutidos separáveis:** Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado. **Outros derivativos não mantidos para negociação:** Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

4 MUDANÇAS EM POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro:** I. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two:* Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também prevêm requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two* Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **4.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e saldos bancários - No País	224	1.029
Caixa e saldos bancários - No Exterior	69.597	214.415
Aplicações financeiras de liquidez imediata - No País	26.360	36.161
	96.181	251.605

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (10% a 94% do CDI) e são mantidas em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras em regra geral, são utilizadas pela Companhia como capital de giro, assim na maioria das vezes são resgatadas em curtíssimo prazo sem a cobrança de IOF, desta forma, não remuneram mais que 100% do CDI conforme praticado pelo mercado.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações pré-fixadas - Não circulante	8.984	7.921

As aplicações financeiras do não circulante referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (98% a 100,5% do CDI) e são mantidas em instituições financeiras de primeira linha. Trata-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos bancários.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Contratos NDF - saldo ativo	6.570	9.175

Os Contratos a Termo referem-se a investimentos em Instrumentos Financeiros Derivativos NDF (*Non-Delivery Forward*), como forma de *hedge* frente à oscilação do dólar, e são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a Receber		
No País	59.157	32.217
No Exterior	133.412	193.938
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(636)	(686)
	191.933	225.469
Duplicatas a vencer	171.900	224.271
Duplicatas vencidas até 30 dias	16.743	1.734
Duplicatas vencidas entre 31 dias e 90 dias	1.801	68
Duplicatas vencidas entre 91 dias e 180 dias	2.105	-
Duplicatas vencidas acima de 181 dias	20	82
Total	192.569	226.155

b. Não Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes no país	771	655
	771	655

Os valores no Ativo Não Circulante são contratos de lotes de terras vendidos a terceiros e administrados por incorporadoras. No Ativo Circulante os valores referentes aos lotes vendidos em 31 de dezembro de 2023 são de R\$ 8.425 (R\$ 8.924 em 2022) e estão classificados como Contas a Receber no País. A Companhia optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total das contas a receber em 31 de dezembro de 2023, tendo em vista o prazo médio de recebimento, o qual não é extenso.

continua →

* continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em Milhares de Reais)

9 ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	52.194	43.682
Produtos em elaboração	63.164	47.371
Matéria-prima	119.498	111.689
Insumos de produção	21.831	24.270
Almoxarifado	20.945	20.082
Estoque em processo de embarque	27.801	20.506
Outros estoques	1.718	799
(-) Perdas estimadas com estoques	(1.705)	(1.166)
	305.446	267.233

As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando não possuem movimentação há mais de 12 meses, exceto itens de manutenção (almoxarifado) que não possuem estimativa de perda.

10 CRÉDITOS FISCAIS

a. Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	7.800	443
ICMS	48.309	39.693
PIS	16.902	14.805
COFINS	50.295	37.200
REINTEGRA	1.041	1.524
	124.347	93.665

b. Não Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL diferidos - Nota 18.a	13.337	18.721
ICMS	48.252	57.050
	61.589	75.771

A Companhia optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total dos impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2023, pois entende que as compensações dos impostos no ano de 2024 estão seguindo um ciclo normal, sendo que o ajuste a valor presente não se faz necessário. **10.1. ICMS a recuperar - Processo de transferência:** Tendo em vista que a Companhia comercializa seus produtos no mercado externo, a realização desses créditos dar-se-á, substancialmente, pela transferência a terceiros através do Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCRE), mantido pelo Governo do Estado do Paraná. Os créditos de ICMS passíveis de transferência para terceiros estão demonstrados líquidos da perda estimada decorrente de deságio, sendo que parte está no ativo não circulante, em decorrência da realização deste ocorrerá somente nos próximos exercícios sociais. A Companhia possui o montante bruto de R\$ 118.138 (R\$ 106.082 em dezembro de 2022) referente a créditos já habilitados e/ou em processo de habilitação no SISCRE para efeito de efetiva transferência. O Governo do Estado do Paraná tem estabelecido desde 2017 um limite anual para utilização de créditos de ICMS, bem como a grande quantidade de empresas paranaenses que possuem um único credor de ICMS a ser negociado, ocasionando assim um acúmulo do saldo credor deste tributo. Em função de que a negociação de transferência desses créditos a terceiros se dá mediante concessão de deságio, a Administração, adotando medida conservadora na avaliação de seus ativos, mantém provisão para desvalorização considerando a média dos deságios negociados sobre o total do crédito de ICMS, no montante de R\$ 48.483 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 53.248 em dezembro de 2022), considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

11 OUTROS ATIVOS

a. Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores	2.164	2.407
Créditos com transferência de ICMS (a)	1.349	7.319
Créditos a funcionários	835	804
Adiantamentos diversos	403	330
Outros créditos	1.126	338
Despesas do exercício seguinte	229	87
	6.106	11.285

(a) Saldos referentes a valores a receber de transferências de crédito de ICMS efetuadas.

b. Não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos	150	162

12 INVESTIMENTOS

12.1. Transações com partes relacionadas: De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02, controladas no exterior devem ser tratadas como filiais ou como efetivas controladas, conforme a essência econômica e não pela forma jurídica. Assim, as entidades que não possuam corpo administrativo próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias, utilizarem a moeda da investidora como sua moeda funcional, e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da investidora, devem normalmente ter, para fim de apresentação, seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações contábeis da matriz no Brasil como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país. Este é o caso de nossa controlada CaciQue International Ltd., que consideramos a partir de 2008 como filial da Companhia CaciQue de Café Solúvel.

13 IMOBILIZADO

a. Composição

	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxa Anual de Depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa Anual de Depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Terenos		14.773	-	14.773		14.763	-	14.763
Edifícios	2,5%/4%/5%/10%	212.092	(30.752)	181.340		187.282	-	187.282
Máquinas e equipamentos	5%/10%/20%	418.796	(215.206)	203.590		203.067	-	203.067
Móveis e utensílios	10%/20%	3.546	(2.156)	1.390		1.371	-	1.371
Computadores e periféricos	10%/20%/33,33%	11.132	(7.250)	3.882		4.636	-	4.636
Veículos	20%	2.727	(1.563)	1.164		994	-	994
Instalações e benfeitorias	4%/10%/20%	142.393	(58.698)	83.695		84.195	-	84.195
Aparelhos de comunicação	20%	716	(506)	210		227	-	227
Imobilizado em curso		9.636	-	9.636		21.413	-	21.413
		815.811	(316.131)	499.680		517.948	-	517.948

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa Anual de Depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa Anual de Depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Terenos		14.763	-	14.763		14.763	-	14.763
Edifícios	2,5%/4%/5%/10%	212.047	(24.765)	187.282		187.282	-	187.282
Máquinas e equipamentos	5%/10%/20%	402.018	(198.951)	203.067		203.067	-	203.067
Móveis e utensílios	10%/20%	3.317	(1.946)	1.371		1.371	-	1.371
Computadores e periféricos	10%/20%/33,33%	10.602	(5.966)	4.636		9.398	-	9.398
Veículos	20%	2.388	(1.394)	994		1.256	-	1.256
Instalações e benfeitorias	4%/10%/20%	133.205	(49.010)	84.195		94.387	-	94.387
Aparelhos de comunicação	20%	661	(434)	227		108	-	108
Imobilizado em curso		21.413	-	21.413		43.452	-	43.452
		800.414	(282.466)	517.948		487.947	-	487.947

b. Movimentação no ano

	31/12/2022				31/12/2023			
	Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Líquido	Adições	Transferências	Depreciação
Terenos	14.763	10	-	-	14.773	-	-	-
Edifícios	187.282	-	-	44	181.340	-	-	-
Máquinas e equipamentos	203.067	1.162	(3.670)	19.499	203.590	(16.468)	-	-
Móveis e utensílios	1.371	63	-	170	1.390	(214)	-	-
Computadores e periféricos	4.636	331	-	243	3.882	(1.328)	-	-
Veículos	994	1.381	(227)	(659)	1.164	(325)	-	-
Instalações e benfeitorias	84.195	7	(239)	9.457	83.695	(9.725)	-	-
Aparelhos de comunicação	227	64	(7)	-	210	(74)	-	-
Imobilizado em curso	21.413	17.325	(34)	(29.067)	21.413	-	-	-
	517.948	20.343	(4.177)	(313)	(34.120)	499.680	-	-

O saldo do imobilizado em curso inclui a construção, iniciada em 2018, da nova unidade em Linhares/ES, correspondente a 66% do total investido em projetos no ano de 2023; e na unidade de Londrina/PR, onde ocorreram investimentos para melhorias nas

áreas de Utilidades e Freeze Dried. O imobilizado está livre de ônus e/ou garantias, exceto quando atrelado ao seu próprio financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total de R\$ 4.924 em bens estão dados em garantia em operações de FINAME. **c. Teste da Redução ao valor recuperável (Impairment):** Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

14 INTANGÍVEL

a. Composição

	Taxa Anual de Amortização	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes		513	-	513	513
Programas de informática	20%	10.776	(6.781)	3.995	4.462
		11.289	(6.781)	4.508	4.975

b. Movimentação no ano

	Taxa Anual de Amortização	31/12/2022		31/12/2023	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes		513	-	513	576
Programas de informática	20%	10.199	(5.737)	4.462	114
		10.712	(5.737)	4.975	690

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São representados por captações, objetivando o financiamento do capital de giro, e estão sujeitos a juros fixos que variam de 3,5% a 10,4% a.a. e, quando captados em moeda estrangeira, sujeitos à variação cambial do dólar norte-americano, conforme detalhado a seguir:

a. Empréstimos - circulante

	Encargos	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Finame	3,50% a 6% a.a.	204	1.441	-	-
Fundo Constit. Financiam. Nordeste	0,69% + IPCA	16.028	14.527	-	-
Cédula de Crédito Bancário	5,7% a 10,4% a.a.	92.641	88.413	-	-
Outros	6,00% a.a.	148	340	-	-
Total moeda nacional		109.021	104.721	-	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	6,7% a 7,4% a.a.	375.255	584.203	-	-
Total moeda estrangeira		375.255	584.203	-	-
Total empréstimos - circulante		484.276	688.924	-	-

b. Empréstimos - não circulante

	Encargos	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Finame	3,50% a 6% a.a.	9	212	-	-
Fundo Constit. Financiam. Nordeste	0,69% + IPCA	109.701	114.989	-	-
Cédula de Crédito Bancário	5,7% a 10,4% a.a.	33.812	40.683	-	-
Exim	6,8% a.a.	48.413	-	-	-
Outros	6,00% a.a.	-	148	-	-
Total moeda nacional		191.935	156.032	-	-
Total empréstimos - não circulante		191.935	156.032	-	-

Os vencimentos das operações de crédito do não circulante, por ano de exigibilidade, são os seguintes:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2034	Total
Finame	9	-	-	-	-	9
Fundo Constit. Financiam. Nordeste	15.670	15.670	15.670	15.670	47.021	109.701
Cédula de Crédito Bancário	33.812	-	-	-	-	33.812
Exim	48.413	-	-	-	-	48.413
	97.904	15.670	15.670	15.670	47.021	191.935

c. Garantias: Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem as seguintes garantias: **Finame:** A Companhia mantém contratos de Finame tanto com alienação fiduciária quanto com: a) Garantias pessoais: Aval regularmente prestado pela garantidora com Nota Promissória emitida pela beneficiária em benefício do Agente Financeiro; b) Garantias reais: Propriedade fiduciária dos bens objeto do financiamento. **Nota e Cédula de Crédito de Exportação, Rural e Bancário:** A Companhia mantém esses contratos com garantia de Aval/Fiança. **Adiantamentos de Contratos de Câmbio:** Não possuem garantias **d. Compromissos ("covenants financeiros"):** Os empréstimos e financiamentos que a Companhia possui nesta data não contém cláusulas de restrição financeira (*covenants*), não estando sujeitas a vencimentos antecipados.

16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2023	31/12/2022
No País	61	444
No Exterior	13.923	3.208
	13.984	3.652

17 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em processos que estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia constituiu provisões para cobrir perdas prováveis suficientes de acordo com seus assessores jurídicos e sua administração, conforme abaixo:

Não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas e previdenciárias	684	684
Outras	3.939	1.135
	4.623	1.819

Trabalhistas e previdenciárias: Relativas a processos movidos por ex-empregados da Companhia e de prestadoras de serviços. **Outras:** Representado por ações cíveis em geral. **Risco possível de perdas:** A Companhia possui um saldo de R\$ 1.503 (R\$ 1.072 em 2022) referente a causas com perdas possíveis sendo R\$ 413 (R\$ 469 em 2022) Cível e R\$ 1.091 (R\$ 603 em 2022) Trabalhista. Conforme informado pelos advogados da Companhia, não existem demais contingências ou passivos contingentes que mereçam registro ou divulgação em 31 de dezembro de 2023.

18 TRIBUTOS DIFERIDOS

Constituída em consonância com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e em observação ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, que dispõem sobre o registro contábil e apresentação do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme demonstrado abaixo. Na sequência iremos apresentar os saldos e movimentação de PIS e COFINS diferidos provenientes de vendas de lotes de terra. **a. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Movimentação ocorrida nos períodos:**

	31/12/2023		31/12/2022	
	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados
Imposto de Renda				
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	1.156	701	-	455
Variação Cambial	(1.392)	(1.387)	-	(5)
Outros Diferidos Temporários (a)	12.149	(3.515)	-	15.664
Receitas de Vendas de Lotes	(172)	144	-	(316)
Reavaliação de Ativos	(1.930)	-	97	(2.027)
Créditos (Débitos) Tributários Diferidos	9.811	(4.057)	97	13.771
Ativo Não Circulante	9.812	(4.057)	97	13.771
Total dos Créditos (Débitos) Tributários Diferidos	9.812	(4.057)	97	13.771
Contribuição Social				
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	416	252	-	164
Variação Cambial	(501)	(499)	-	(2)
Outros Diferidos Temporários (a)	4.374	(1.265)	-	5.639
Receitas de Vendas de Lotes	(62)	52	-	(114)
Reavaliação de Ativos	(702)	-	35	(737)
Créditos (Débitos) Tributários Diferidos	3.525	(1.460)	35	4.950
Ativo Não Circulante	3.525	(1.460)	35	4.950
Total dos Créditos (Débitos) Tributários D				

* continuação

Notas Explicativas às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em Milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos com operações a termo NDF	50.349	64.576
Varição cambial ativa	130.555	183.243
Varição monetária ativa	2.504	3.838
Rendimentos de aplicações financeiras	4.772	3.304
Outras receitas financeiras	2.058	1.550
Total das receitas financeiras	190.238	256.511
Resultado financeiro líquido	24.947	35.296

21 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta - mercado interno	187.332	150.297
Receita bruta - mercado externo	1.072.536	1.143.644
Receita bruta total	1.259.868	1.293.941
Tributos incidentes sobre vendas	(20.610)	(15.490)
Devoluções e abatimentos	(9.060)	(2.171)
Receita líquida	1.230.198	1.276.280

22 INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

22.1. Despesas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Custo das vendas	(991.380)	(1.096.359)
Despesas com vendas	(71.835)	(101.916)
Despesas gerais e administrativas	(47.103)	(35.692)
Honorários administrativos	(10.890)	(9.172)
(1.121.208)	(1.243.139)	
Matéria-prima, embalagens e demais materiais consumidos	(794.816)	(889.502)
Despesas com honorários, pessoal e encargos	(151.282)	(145.720)
Comissões, fretes, seguros, promoções e outras	(57.421)	(88.663)
Depreciação, amortização e exaustão	(35.164)	(26.174)
Água, energia elétrica, manutenção e outros serviços de terceiros	(80.590)	(91.383)
Impostos e Taxas	(1.935)	(1.697)
(1.121.208)	(1.243.139)	

22.2. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Outras Receitas Operacionais	62.945	54.591
Outras Despesas Operacionais	(89.312)	(86.567)
(26.367)	(31.976)	
Ociosidade (a)	(12.862)	(4.039)
Desajuste com transferência de créditos de ICMS	(14.261)	(30.478)
Serviço de intermediação na transferência de créditos de ICMS	(8.402)	(10.449)
Perdas no processo produtivo	(4.764)	(2.489)
Outras despesas (b)	(8.515)	(8.612)
Ressarcimento de tributos	-	749
Recuperação de despesas	6.885	2.840
Indenizações	294	161
Aluguéis recebidos	73	63
Ganhos de Capital no Imobilizado	209	(1.350)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.115	18.926
Vendas Eventuais	2.861	2.702
(26.367)	(31.976)	

a) Ociosidade: em 2022 e parte de 2023 refere-se às atividades de *ramp-up* da Unidade de Linhares e decisões de mix de produção entre Londrina e Linhares, e no fim de 2023 tivemos férias coletivas parciais da Unidade Londrina. b) Outras despesas: referem-se a tributos sobre receitas financeiras e outras receitas operacionais (R\$ 1.709 em 2023 e R\$ 1.738 em 2022), parcelamento de tributos sobre processo administrativo perante a Receita Federal (R\$ 5.427 em 2023 e R\$ 5.427 em 2022) e outros.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Tais estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Companhia, o responsável pela Tesouraria da Companhia especifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores. **23.1. Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: **23.1.1. Risco de crédito:** Esses riscos são administrados por normas específicas da Companhia, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, quando necessário. **23.1.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **23.1.3. Risco cambial:** A exposição ao fator de risco de mercado - taxa de câmbio - é a seguir demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	US\$	US\$	R\$	R\$
Contas bancárias em moeda estrangeira	14.376		69.597	
Aplicações por Contratos a Termo - NDF	15		73	
Clientes no exterior	39.645		191.933	
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	(131)		(634)	
Adiantamento sobre Contratos de Câmbio	(77.511)		(375.255)	
Adiantamento de clientes estrangeiros	(2.876)		(13.923)	
Seguros sobre importações e exportações	(1.883)		(9.116)	
	(28.365)		(137.325)	

A Companhia tem em 31 de dezembro de 2023 Pedidos em Carteira no valor de US\$ mil 98.065. O resultado dessa exposição está detalhado na nota explicativa nº 25. **23.2. Risco de mercado:** As exportações da Companhia correspondem a 85,1% do faturamento no ano de 2023, em mais de 50 países. A Companhia enfrenta riscos que normalmente quem atua somente no mercado interno não se depara. O café solúvel brasileiro sofre taxaço sobre importações nos 27 países da União Europeia e em países como Japão, México, Filipinas, Tailândia, entre outros. Por outro lado, o mercado internacional tem uma capacidade maior de absorver as variações de preço que são causados, muitas vezes, por fatores alheios ao mercado de café. A Companhia também está sujeita à variação nas taxas de câmbio e juros. **a. Composição de saldos:** Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 40, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço estão identificados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixas e Equivalentes de caixa				
Títulos e valores mobiliários				
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Contas a receber de clientes				
Fornecedores a pagar				
Empréstimos e financiamentos				

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: **• Caixas e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. **• Contas a receber de clientes:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.

25 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31/12/2023	Risco	Taxa do Cenário-Base	Cenário adverso	Cenário remoto		
Operação	Valor em USD		Taxa	Gainho (perda)	Taxa	Gainho (perda)	
Caixas e equivalentes de caixa	14.376	Queda do USD	4.8413	3.6310	(17.399)	2.4207	(34.798)
Contratos a Termo - NDF	15	Queda do USD	4.8413	3.6310	(18)	2.4207	(36)
Contas a receber de clientes	39.645	Queda do USD	4.8413	3.6310	(47.982)	2.4207	(95.965)
Adiantamento a Fornecedores Estrangeiros	(131)	Queda do USD	4.8413	3.6310	159	2.4207	317
ACC	(77.511)	Alta do USD	4.8413	6.0516	(93.812)	7.2620	(187.631)
Adiantamento de clientes e outros	(4.759)	Alta do USD	4.8413	6.0516	(5.760)	7.2620	(11.520)
	(28.365)			(164.812)		(329.633)	

Operação Valor em R\$ Risco Taxa do Cenário-Base Cenário adverso Cenário remoto

Aplicações financeiras 35.271 Queda do CDI 11,15% 8,36% (984) 5,58% (1.965)

1. Cenário-base - Manutenção da taxa de câmbio/CDI vigente no período de elaboração destas demonstrações. 2. Cenário adverso - Deterioração de 25% da taxa de câmbio/CDI em relação ao nível verificado no cenário-base. 3. Cenário remoto - Deterioração de 50% da taxa de câmbio/CDI em relação ao nível verificado no cenário-base. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 40, a Companhia deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Todos os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados no Nível 1, com preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

26 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os valores contratados com vigência para 2024 são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, segundo a opinião de assessores especialistas, e estão demonstrados da seguinte forma:

Riscos cobertos	Limite Máximo Indenização - R\$ Mil
Riscos Nomeados - Patrimonial	500.000
Responsabilidade Civil Geral	20.000
Frota	100% FIPE
D&O	8.000
Transporte nacional	1.200 por viagem e 5.500 para depósitos
Transporte internacional - Exportação	USD 4.000 por embarque e depósitos USD 350 por embarque e USD 1.000 para depósitos
Transporte internacional - Importação	para depósitos
Seguro garantia	3.151

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

• **Aplicações financeiras:** Os saldos de aplicações financeiras estão contabilizados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos até a presente data. **• Empréstimos e financiamentos:** Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e demais instrumentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 não diferem substancialmente das informações registradas nas Demonstrações contábeis, conforme descrito na nota explicativa nº 15. **23.3. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: **• Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.**

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A política de atuação da Companhia no mercado futuro de câmbio, neste momento, objetiva fixar preços e/ou margens de parte de suas operações comerciais na área de café solúvel que, no global, conduzam à redução de riscos. Essas operações estão atreladas às vendas realizadas, ou seja, são operações de *"hedge"* (não especulativas), nas quais todo resultado financeiro positivo ou negativo é contrabalanceado por resultado oposto nas receitas. Os instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da Bolsa de Valores B3 nas datas de apuração. Tal valor corresponde ao ganho ou perda estimada quando da liquidação das posições, nas datas pactuadas e considerando-se as taxas travadas e estimadas. Estes instrumentos financeiros derivativos referem-se a contratos de *Non Deliverable Forwards (NDF)*. O valor *nocional* (base) em 31 de dezembro de 2023 é composto por US\$ mil 48.969 (posição vendida), com vencimentos entre janeiro e setembro de 2024. Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, agrupados pelas principais categorias de riscos.

Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2023	31/12/2022
Dólar futuro		
- Ganhos	50.350	64.575
- Perdas	(3.345)	(10.884)
	47.005	53.691

Conselho de ADMINISTRAÇÃO

Cesário Coimbra Neto
Presidente

Daniela Cerqueira César Coimbra
e João Paulo Guimarães Coimbra
Vice-Presidentes

Antonio Carlos Aparecido Ribeiro
Conselheiro

Sérgio Cândido Pereira
Conselheiro

Diretoria

Horácio Sabino Coimbra Neto
Chief Executive Officer

Rodrigo Alves Coelho
Vice-Presidente de Controladoria, Estratégia e Tecnologia

Horácio Sabino Coimbra Neto
Diretor Financeiro

Contador

Wanley Xavier Junior
CRC/PR 059.324/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Cacique de Café Solúvel
Londrina - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Cacique de Café Solúvel ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Cacique de Café Solúvel em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionais (DVA)

A Demonstração dos Valores Adicionais (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 20 de março de 2024

BDO

BDO RCS Auditores
Independentes SS Ltda.

CRC 2 PR 006853/F-9

Josnei Francisco Dagort

Contador CRC 1PR-054.116/O-8

Companhia Cacique de Café Solúvel 2024 pdf

Código do documento 75873e09-e3c3-415a-ad7f-0c5383c12933



Assinaturas



Marcela Elias Rezende
publicidade@folhadelondrina.com.br
Assinar

Eventos do documento

25 Apr 2024, 09:51:42

Documento 75873e09-e3c3-415a-ad7f-0c5383c12933 **criado** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-25T09:51:42-03:00

25 Apr 2024, 09:51:57

Assinaturas **iniciadas** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-25T09:51:57-03:00

Hash do documento original

(SHA256):50d5e0a36855a00d7680afc1b82358728275498e7e4716f044a9b6fa8657d765

(SHA512):894d65d06b0fe015baa989333d30979ef2e375a07eb1c5779af60197cd8e0d2c8c5c4a151d4c37185aae57a9bbe165b01b244382a5c2cb1ab06c1d217eec8098

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign